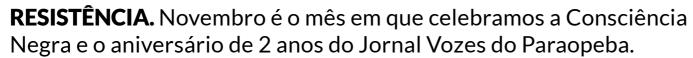




NOVEMBRO NEGRO:

COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA



Osiderado, no Brasil, o Dia da Consciência Negra, o dia de homenagem à Zumbi dos Palmares - líder pelas lutas contra a escravidão no país. Durante todo o mês de novembro reafirmamos a conscientização por uma sociedade antirracista e igualitária, celebrando, também, os direitos conquistados para e pela população negra.

Sendo o Brasil um país em que 55,9% da população autodeclarada parda e preta [PNAD Contínua 2022 - IBGE] a importância dessa data se evidencia pela realidade racialmente desigual em termos de acessos e oportunidades. Apesar de ser numericamente expressiva, a população negra possui uma história demarcada por um contexto de constante luta e resistência pela ocupação dos espaços e por políticas públicas de acesso, incentivo e de sobrevivência. A data reafirma o reconhecimento da cultura e da identidade negra, uma das contribuições históricas dessa população para consolidação do país enquanto nação. 66

A data reafirma o reconhecimento da cultura e da identidade negra

Nessa luta constante por direitos, a Aedas vem ao longo dos mais de 3 anos construindo um processo de assessoria que priorize e evidencie os direitos da população negra atingida. Citamos algumas ações concretas, como a criação das equipes de Povos e Comunidades Tradicionais e equipe de Marcadores Sociais de Diferença; o respeito ao Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada e de boa fé, além da realização seminários temáticos entre outros.

É nesse contexto, também, que comemoramos 2 anos do Jornal Vozes do Paraopeba. Um dos principais instrumentos de comunicação e participação informada, que desde a sua primeira edição busca refletir, dialogar e, antes de tudo, respeitar

e traduzir em suas páginas (nas colunas Histórias Atingidas e Vozes do Paraopeba, nas diversas matérias jornalísticas, nas entrevistas) o profundo significado da diversidade que compõe a população atingida, formada por mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais, indígenas e quilombolas, em sua maioria pessoas negras.

A população negra Que cuida das nossas histórias

Que é parte da nossa memória

Traz o conforto da resistência

O sorriso da permanên<u>cia</u>

Ao pisar nas trajetórias desse chão

- Regiane Farias

Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutirseus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Luis Henrique Shikasho Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Diva Braga, Flávia Gondim, Nina de Castro Jorge

Coordenação de Comunicação: Elaine Bezerra

Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Arthur Monteiro, Diego Cota, Felipe Cunha, João Paulo Dias, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas | Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

www.aedasmg.org | CNPJ: 03.597.850/0001-07

Contatos Aedas Paraopeba:

Brumadinho - Região 1

Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas - Região 2 (31) 9 9840-1487 atingidosparaopeba1@aedasmg.org (31) 97140-4559 atingidosparaopeba2@aedasmg.org



VOZESDAGENTE

A s vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela reparação integral. O Vozes da Gente desta edição reforça a reivindicação por medidas de reparação na área da saúde, uma das principais demandas nas comunidades da Bacia do Paraopeba.

POR REPARAÇÃO NA SAÚDE JÁ!

Nós, moradoras de Brumadinho, temos que tentar ter controle diante de vários casos e situações causados por sequelas que nos deixou o crime da Vale. Vivemos momentos terríveis em cada canto da cidade. É com muita tristeza que deixo aqui um apelo para as autoridades de justiça! Quando realmente a população vai ter a saúde mental reparada?

BRENDA OLIVEIRA

Retiro do Brumado, Brumadinho

FISCALIZAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE

A saúde em Brumadinho, quase 5 anos após o rompimento, vem de mal a pior. Temos que lutar pra melhorar. Brumadinho tem que ser fiscalizado. Digo e repito: cada dia mais jovens estão sendo prejudicados. E que as Instituições de Justiça ouçam os atingidos da Bacia do Paraopeba.





TRATAMENTO E ESPECIALIDADE PARA A SAÚDE DOS ATINGIDOS

A Saúde é fundamental para todos nós sobrevivermos. Hoje, o psicológico dos atingidos está abalado. A gente passa pelas Unidades Básicas de Saúde, é feito algum exame, temos algum laudo, mas não temos tratamento e especialidade para cuidar da nossa saúde. Não sabemos os danos que isso pode ser causado nas próximas gerações.

TATIANA RODRIGUES

Movimento dos Atingidos por Barragens, São Joaquim de Bicas



MAIS ATENÇÃO PARA A SAÚDE DAS PESSOAS ATINGIDAS

Eu falo que esse projeto de reparação está de cabeça para baixo. Nós necessitamos da reparação no campo da saúde. Escolas e professores que não sabem lidar com a situação dos alunos com dores de barriga, dores de cabeça e outras doenças. Os hospitais também não sabem lidar porque não tem um protocolo.

MARIA SANTANA

Vale do Sol, São Joaquim de Bicas



Participe do
Vozes da Gente!
Acesse o formulário
em nosso site e nos
envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | @aedasmg



historias atingidas

Josiane Ribeiro assume um papel ativo na reivindicação de direitos coletivos em sua comunidade.

Texto e fotografia: Felipe Cunha

Joaquim de Bicas Joaquim de Bicas des de 2016, do bairro Fhemig, Josiane é mãe de sete filhos. "Aqui em Bicas encontrei um lugar onde pensei que teríamos paz, onde construiríamos todo um sonho."

Após o rompimento, entrou para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, desde então, segue se organizando, lutando com mais outras mulheres.

"Hoje, aqui na comunidade, são várias mulheres lutando por reparação, a maioria delas negras, e eu me orgulho disso. É



Hoje, aqui na comunidade, são várias mulheres lutando por reparação, a maioria delas negras, e eu me orgulho disso. um sofrimento, mas também um alívio. Escolhemos essa luta, e a luta nos escolheu", afirma.

A tranquilidade do Fhemig e os modos de vida foram perturbados por diversos fatores: o intenso tráfego de caminhões da Vale ou de caminhões-pipa tem interferido no direito de ir e vir das pessoas; o excesso de poeira aumenta a sobrecarga do trabalho domésticos; a escassez de água e a proibição de uso das cisternas; a proibição da pesca e comprometimento da terra e cultivo dos alimentos nos quintais; a insegurança constante onde as crianças não se sentem seguras ao andar de bicicleta ou brincar na rua; entre outros danos causados pela mineração.

Josiane destaca: "Somos atingidas e ninguém vai nos deter, e vamos continuar lutando. Há aquela frase, 'do rio ao mar, ninguém vai nos calar'. Vamos em busca de justiça, queremos que a comunidade como um todo seja reconhecida como atingida."

Atualmente, os sons que ecoam na comunidade são os

Somos atingidas e ninguém vai nos deter, e vamos continuar lutando.

estrondos das bombas usadas para drenar água dos reservatórios. "Antes, ouvíamos os cantos das cigarras, grilos, festas nas casas dos vizinhos".

Josiane também relata que antes do rompimento os problemas de saúde eram menores, assim como a busca por acesso ao sistema de saúde.

"Não tínhamos tanto problemas de saúde, como alergias e dermatites, problemas respiratórios, dores de cabeça e abalo psicológico que vemos hoje em muitas famílias. Luto por essas pessoas".

Diante dessas questões, Josiane solicita a presença de mais médicos e especialistas para diagnosticar adequadamente as condições de saúde na comunidade, sobretudo no

- Josiane Ribeiro
- 44 ANOS
- ■São Joaquim de Bicas

que se refere aos metais pesados, oriundos da mineração, e ao agravamento de problemas na saúde mental.

São as mulheres de luta do Fhemig que buscam resgatar os sonhos, como aqueles da época antes do desastre-crime, aspirando uma vida tranquila e que, agora, foi fragmentada por um rompimento.







Minas Gerais - novembro de 2023 | Ano 2 | Edição 24 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita | YAedas

RACISMO AMBIENTAL AGRAVA DANOS DA MINERAÇÃO À POPULAÇÃO NEGRA ATINGIDA

Da Redação

uando os problemas ambientais afetam o nosso cotidiano, tendemos a imaginar que estes problemas nos atingirão a todas e todos igualmente. Mas, é verdade que o aquecimento global ou os danos socioambientais causados pelo rompimento não diferem raça, gênero, classe social?

Enquanto dinâmicas "da natureza", podemos pensar que estes processos não diferenciam como vão afetar as pessoas. Mas, considerando que eles são resultado das ações humanas, podemos dizer que não atingem os grupos sociais da mesma forma e intensidade. Um exemplo disso, é o fato de que 80% das barragens de mineração existentes em Minas Gerais atualmente

80% das barragens de mineração existentes em Minas Gerais atualmente estão localizadas em territórios cuja maioria da população é negra

estão localizadas em territórios cuja maioria da população é negra. Por si só, este dado já nos informa que o racismo ambiental é uma realidade destes territórios.

O censo do IBGE de 2010 informa que a cidade de Brumadinho e as cidades que compõem a região 2, são majoritariamente negras. Tais municípios estão sujeitos aos danos ambientais causados por grandes empreendimentos, como as minas e barragens da Vale e outras mineradoras. Além disso, a forte presença de Povos e Comunidades Tradicionais nas duas regiões das quais estamos falando, reforça a problemática. Em Brumadinho existem ao menos 17 comunidades quilombolas e 1 comunidade ribeirinha. Por sua vez, na região 2, existem ao menos 42 comunidades tradicionais de Candomblés, de Umbandas e Reinados.

Contudo por que é que, intencionalmente ou não, os territórios atingidos de forma mais profunda pelos danos ambientais são geralmente ocupados por populações socialmente vulnerabilizadas (negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, etc)?

Os territórios em que encontramos várias situações de vulnerabilidade provocadas por

Quanto mais vulnerabilizada for a população de um lugar, mais interessante ele se torna para a instalação de grandes empreendimentos



empreendimentos de grande impacto, como por exemplo as mineradoras que ocupam a região metropolitana de Belo Horizonte, são caracterizados como zonas ou áreas de sacrifício. A escolha dessas áreas considera, para além dos interesses econômicos, aspectos sociais como o perfil socioeconômico e racial da população local. Quanto mais vulnerabilizada for a população de um lugar, sendo historicamente reduzido seu poder de participação e decisão, mais interessante ele se torna para a instalação de grandes empreendimentos e consequentemente, para se tornar uma zona de sacrifício.

O que isso pode nos dizer sobre a reparação dos danos causados pelo rompimento? Os programas de reparação precisam enfrentar o racismo ambiental e suas consequências, como a existência das zonas de sacrifício. Não podemos deixar de olhar para os fatores que fazem com que a vida das populações dessas áreas seja ainda mais prejudicada. A esses fatores damos o nome de circunstâncias agravantes. Os processos de reparação devem considerar o nível de gravidade ou agravamento dos danos nesses locais, para que a reparação seja realizada de forma justa e igualitária.

malhas de setores censitários, produzidos pelo IBGE. Diante disso, compreende-se que o mapa não representa a totalidade do território, uma vez que, em algumas situações,

as bases de dados oficiais sobre a ocupação do território não correspondem de forma

fiel a dinâmica das comunidades que não possuem regulamentação fundiária.

populações que, em sua maioria, são formadas por

grupos sociais historicamente vulnerabilizados.



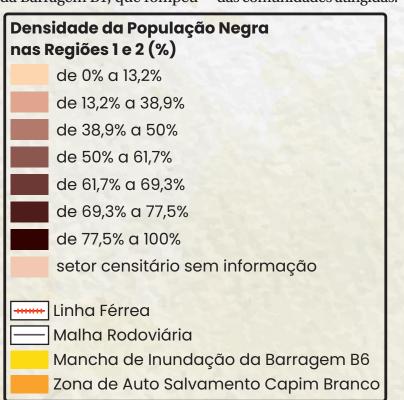
LAMA INVISÍVEL AFETA MAJORITARIAMENTE A POPULAÇÃO NEGRA, EM BRUMADINHO

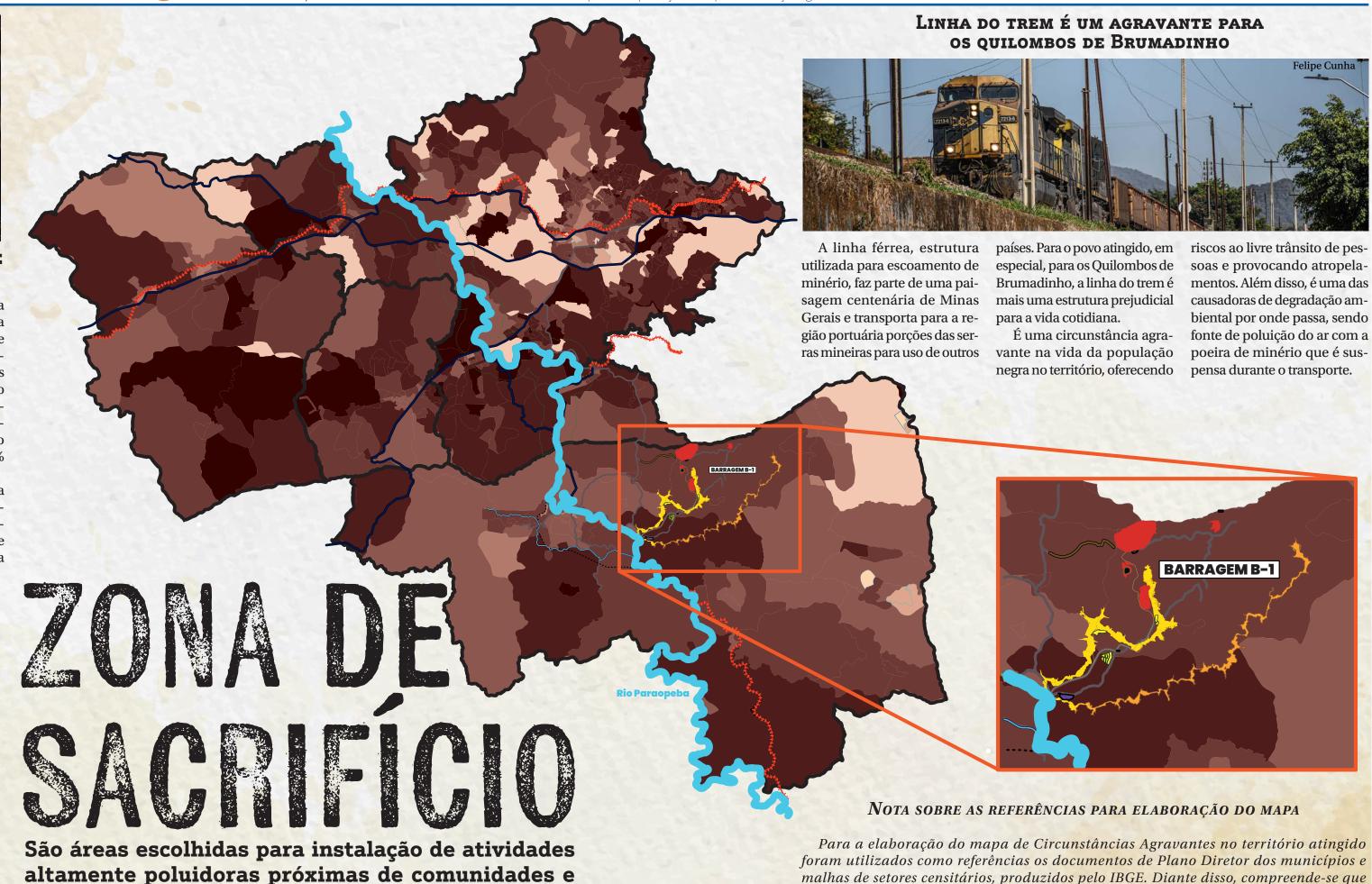
mineração ao lado da convivência cotidiana da população atingida de Brumadinho é uma das circunstâncias agravantes que prejudicam cada vez mais a vida, especialmente da população negra, que é maioria nesse território.

Nas proximidades do epicentro do desastre-crime de 2019, outras duas barragens são ameaça com sua Lama invisível. Uma delas é a Barragem B6, da Mina Córrego do Feijão, que está localizada a poucos metros da Barragem B1, que rompeu das comunidades atingidas.

A presença de estruturas de em janeiro de 2019. Outra é a Barragem Capim Branco, da Mina Jangada, de propriedade da Vale. As manchas de inundação de ambas as barragens seguem um caminho similar ao do rompimento de 2019 e afetam com sua Lama invisível comunidades cuja concentração de população negra é de 61,7% a 77,5% do total.

Além disso, estruturas para manejos de rejeitos, seja de forma temporária ou final, são fatores do pós-rompimento que também impactam a dinâmica







As margens negras do Paraopeba na Região 2

A Região 2, porção do território atingido imediatamente após o município de Brumadinho, tem seus danos observados em uma relação de proximidade com as margens do Rio Paraopeba. Nessa extensão do rio é alta a concentração da população negra dos municípios atingidos (Mário Campos,

São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba), estando acima de 69,3% na maioria das comunidades que margeiam o Paraopeba.

Essas áreas da Região 2 podem ser consideradas Zonas de Sacrifício e são comunidades que sofrem com a escassez de oferta de

> MATEUS **LEME**

JUATUBA

serviços públicos, estando mais propícias a situações de vulnerabilidade social.

Por causa desse perfil, a afetação provocada pelo rompimento representou piora signifi-

cativa nas

condições de saúde da população, estigmatização das relações econômicas envolvendo os produtos locais da agricultura e da pesca, abalo à renda da população, além de inviabilizar modos de vida e costumes tradicionais.

NO RIO PARAOPEBA,

Uma das circunstâncias agravantes presentes no território atingido de Brumadinho é a que envolve a dragagem de rejeitos no leito do Rio Paraopeba, na altura das comunidades Alberto Flores, Pires e Parque da Cachoeira, nas proximidades onde ocorre a confluência do Ribeirão Ferro-Carvão com o Paraopeba.

A poluição sonora da atividade, o tráfego intenso de maquinários e caminhões, além dos danos vivenciados na Zona Quente, são parte da rotina de uma população majoritariamente negra, que corresponde de 69,3% a 77,5% do total de residentes. Pessoas essas que estão suscetíveis a todos os ônus da exploração promovida pelas mineradoras no município de Brumadinho.

DRAGAGEM DE REJEITOS EM BRUMADINHO

BRUMADINHO O RACISMO PRATICADO PELA MINERADORA VALE Um dos aspectos abordados no mapa é um comparativo do tratamento dado pela Vale aos atingidos do Paraopeba e Rio Doce com o tratamento oferecido pela mesma mineradora aos residentes de um condomínio de luxo de Nova lima, composto em sua maioria por uma população branca.

IGARAPÉ

Enquanto os atingidos do Paraopeba e do Rio Doce lutam há anos pelo direito a ter direito a uma reparação justa, os residentes do condomínio de luxo tiveram suas mansões compradas pela Vale, em uma quantia aproximada de R\$ 100 milhões.

Alguns exemplos de circunstâncias agravantes que ocorrem nas zonas de sacrifício identificadas nos territórios das Regiões 1 e 2 são ilustrados nos mapas apresentados nesta edição do Jornal Vozes do Paraopeba. A versão completa pode ser acessada de forma interativa no site da Aedas: www.aedasmg.org





o notícias

Projetos dos PCTs entram em detalhamento

Entrou em fase de detalhamento o projeto que prevê a construção de quatro Centros Culturais nas comunidades quilombolas de Marinhos, Ribeirão, Rodrigues e Sapé, em Brumadinho. A iniciativa foi definida a partir da Consulta Popular específica para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Na Região 2, cinco Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) de Juatuba e Mateus Leme também estão com projetos em detalhamento para acesso à água aos PCTRAMA.





PNAB aprovada no senado

Foi aprovada, no dia 14 de novembro, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), em sessão deliberativa do Senado Federal. Agora, a matéria segue para sanção da Presidência da República. O projeto de lei cita danos a serem levados em consideração para que pessoas e comunidades sejam incluídas em ações de reparação. Como exemplo: a perda da propriedade ou posse de imóvel, desvalorização imobiliária, prejuízos à capacidade produtiva das terras, interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento e perda de fontes de renda e trabalho.

"Relatos Invisíveis"

Após oito anos do rompimento da barragem de Fundão, de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, o filme "Relatos Invisíveis" aborda as angústias, incertezas, a saudade e o recado que as pessoas atingidas dão para as empresas poluidoras. O filme foi produzido pela Cáritas de Itabira e dá voz aos atingidos e atingidas que seguem lutando e são capazes de evidenciar os seus próprios danos, de suas famílias e comunidades.



Audiência debate política estadual de saúde das populações atingidas

Atingidos e atingidas participaram de audiência pública, no último dia 11, na ALMG, que debateu a necessidade de estratégias de prevenção e enfrentamento aos potenciais danos gerados pelas barragens do estado, em especial, os danos à saúde causados pela mineração. Durante a audiência, foi destacada a importância de estabelecer um protocolo e uma política estadual abrangente de assistência à saúde para as comunidades atingidas por barragens.

Barragem da Vale é interditada em Mariana



A Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou, na Mina da Fábrica Nova, três pilhas de estéril. A interdição foi determinada após o órgão federal identificar problemas na estabilidade física e nos sistemas de drenagem. Nos documentos, a agência classifica a situação das estruturas como em "risco iminente". A necessidade de evacuação de 295 moradores de Santa Rita Durão, distrito de Mariana (MG), foi descartada pela Defesa Civil.





Felipe Cunha

POPULAÇÃO NEGRA ATINGIDA É A MAIORIA NOS ATENDIMENTOS DO SUS

ENTREVISTA.

Cecília Godoi, coordenadora da equipe de Marcadores Sociais da Diferença da Aedas, apresenta um panorama dos danos à saúde da população negra causados pelo rompimento

Lucas Jerônimo

Tma das tarefas da Aedas é contribuir na identificação de danos causados pelo rompimento da barragem da Vale considerando-se a diversidade dos territórios atingidos. Aferir especialmente as condições da população negra atingida também está entre as atribuições da ATI, como no caso dos levantamentos de dados feitos por consultorias contratadas para pesquisas acerca da saúde.

Como a Aedas trabalha para o levantamento de informações específicas referentes à saúde da população negra?

Cecília Godoi: Entre os anos de 2020 e 2021 a Aedas garantiu a realização de dois estudos para levantamento de danos emergenciais nas regiões 1 e 2. Na região 1 a consultoria contratada pela Aedas foi a Associação de Bacharéis em Saúde Coletiva (ABASC), que executou o estudo no período de setembro de 2020 a maio de 2021.

Já na região 2 a pesquisa ficou por conta da consultoria do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPESC) no período de janeiro a junho de 2021. A população negra compõe a maior fatia de pessoas atingidas pelo rompimento em todos os municípios das regiões 1 e 2.

E o que essas pesquisas com a população negra nos territórios conseguiu aferir até então?

C.G.: Ambas as pesquisas enfatizam o agravamento de um cenário de vulnerabilidade pré-existente para determinadas populações. No caso da população negra, as circunstâncias provocadas pelo racismo estrutural vigente em nossa sociedade já a coloca constantemente em risco.

No estudo da região 2, a partir do levantamento e avaliação de dados acerca dos danos sofridos no território, temos: insegurança alimentar e nutricional; falta de acesso à água potável; dermatites; doenças crônicas



Cecília Godoi, coordenadora da equipe Marcadores Sociais da Diferença, em visita a São Joaquim de Bicas, na Região 2.



não transmissíveis; danos ao sistema respiratório; uso de medicamentos; problemas de saúde bucal; violência e insegurança; aumento do consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas.

No que diz respeito ao Sistema Único de Saúde (SUS), como as pessoas negras estão inseridas?

C.G.: A população negra também é maioria enquanto usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), representando mais de 80% desse público. O mesmo acontece no acolhimento de demandas emergenciais na Aedas. De um total de 283 demandas recebidas pelos municípios das duas regiões, incluindo os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), metade vieram de pessoas pretas/pardas e, dessas, 46% estão relacionadas a mulheres negras.

as mídias jornalísticas nacionais pouco retratam sobre os danos à saúde da população atingida pela barragem da VALE S.A

E como essa realidade é percebida e reportada pelos meios de comunicação?

C.G.: Os estudos também concluem que as mídias jornalísticas nacionais pouco retratam sobre os danos à saúde da população atingida pela barragem da VALE S.A. Das publicações que existem, a maioria se refere apenas ao município de Brumadinho, ficando os demais municípios atingidos à margem da divulgação midiática.

Quais os indicativos apresentados pelas consultorias como conclusão das pesquisas?

C.G.: As consultorias contratadas fazem recomendações que devem ser discutidas com a Secretaria de Saúde dos municípios para ter a garantia de acesso aos serviços, visando a resolutividade, qualidade e humanização da atenção às

populações vulnerabilizadas, entre elas: ratar com centralidade os atendimentos especializados em saúde mental nas situações de grandes desastres sociotecnológicos e garantir o acompanhamento de pessoas que sofrem com transtornos pós-traumáticos; a garantia de equipe multiprofissional para cobertura de saúde mental na atenção primária; construir os cuidados em saúde das populações vulnerabilizadas na perspectiva política e afetiva; realizar conferência popular para levantamento das necessidades da população para que sejam inseridas no Plano de saúde dos municípios; ações de saúde por parte dos responsáveis pelo desastre em conjunto com as autoridades de saúde, para que seja garantida a universalidade, integralidade e equidade no que é priorizado pelo sistema de saúde pública.

E quais os principais desafios para isso?

C.G.: É importante saber que Sistema Único de Saúde, mais conhecido como SUS, é considerado um dos maiores do

Felipe Cunha

Atingidos dos Povos e Comunidades Tradicionais em espaço participativo promovido pela Aedas.

mundo, construído pelo povo e para o povo, através de várias lutas. Sendo assim, o SUS compreende que a saúde não é apenas a ausência de doença, mas a promoção da qualidade de vida das comunidades, famílias e pessoas. Nessa perspectiva, temos ainda grandes desafios para o fortalecimento do SUS, como, e especialmente, o acesso a saúde.



o movimento de mulheres negras e a marcha Zumbi dos Palmares também construíram políticas para a saúde da população negra

E quem faz essa luta acontecer?

C.G.: A luta parte principalmente de mulheres organizadas, movimentos sociais, associações, comissões e movimentações comunitárias. Como a Reforma Sanitária para construção do SUS, o movimento de mulheres negras e a marcha Zumbi dos Palmares também construíram políticas para a saúde da população negra.

2 ANOS DO JORNAL

VOZES do Paraopeba

















































Com 2 anos de muitas histórias contadas, de informação segura compartilhada com as comunidades dos territórios atingidos, o Jornal Vozes do Paraopeba se consolida como uma importante ferramenta de amplificação das vozes atingidas e de prestação de contas do trabalho desempenhado pela Aedas como Assessoria Técnica Independente. Páginas de uma história de lutas e conquistas dessa caminhada de participação informada e por direitos!